

SUMÁRIO

LISTA DE SILGAS 17

INTRODUÇÃO 19

Capítulo 1

A DIMENSÃO CULTURAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 35

- 1.1 Direitos humanos *versus* direitos fundamentais: uma distinção preliminar necessária 35
- 1.2 Sobre os direitos fundamentais e seu significado para a vida em sociedade. 40
- 1.3 Importância e significado cultural dos direitos fundamentais 42
- 1.4 Importância e significado da Cultura para os direitos fundamentais 44

Capítulo 2

CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MEMÓRIA 51

- 2.1 A Memória: uma necessidade individual e coletiva fundamental 52
- 2.2 A construção da memória coletiva brasileira: o exemplo da anistia 57
- 2.3 Conceito do direito fundamental à memória 66
- 2.4 Caracterização 68
- 2.5 A justificação dogmática 70
- 2.6 Princípios aplicáveis 73
 - 2.6.1 Princípios Gerais 75
 - 2.6.2 Princípios específicos 80
 - 2.6.3 Princípios complementares 84

Capítulo 3

EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À MEMÓRIA 87

- 3.1 A dimensão individual do direito fundamental à memória: vivos e mortos .. 88
- 3.2 Estudo de caso: Mefisto 95
- 3.3 A dimensão prestacional do direito fundamental à memória 101



3.4	A dimensão transpessoal do direito fundamental à memória	101
3.5	Quanto às competências constitucionais.....	104
3.6	Efetividade	108

Capítulo 4

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO SUPORTE DO DIREITO À MEMÓRIA: ANÁLISE DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	111
4.1 Delineamento do patrimônio cultural brasileiro.....	112
4.1.1 Conceito doutrinário	112
4.1.2 Definição legal.....	117
4.1.3 Natureza jurídica dos bens componentes do patrimônio cultural brasileiro.....	127
4.1.4 Quanto à tutela jurídica de bens culturais	129
4.2 O problema da discricionariedade administrativa na definição do conteúdo do patrimônio cultural brasileiro.....	130
4.2.1 A questão dos valores.....	131
4.2.2 O problema da discricionariedade administrativa no delineamento do patrimônio cultural.....	145
4.3 O papel do Poder Judiciário no controle da discricionariedade administrativa, no tocante à definição do patrimônio cultural.....	158
4.4 Memória coletiva e reconhecimento: a justiça simbólica como necessidade fundamental ou o valor da herança.....	161

Capítulo 5

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA	171
5.1 Instrumentos legais para conhecer e delimitar o patrimônio cultural: inventário e catalogação	171
5.2 Instrumentos legais para a preservação do patrimônio cultural	172
5.2.1 Tombamento	173
5.2.2 Registro.....	179
5.2.3 Criação de espaços protegidos.....	180
5.2.4 Sanções penais, civis e administrativas.....	183
5.2.5 Desapropriação.....	185
5.2.6 Ação civil pública.....	186
5.2.7 Ação popular.....	189
5.2.8 Estudo de impacto	189



5.3	Instrumentos para a transmissão do patrimônio cultural	190
5.4	O dever de memória: a imprescritibilidade como ilustração.....	192

Capítulo 6

DIREITO À MEMÓRIA: FRONTEIRA E DIREITOS

CORRELATOS 195

6.1	Fronteira: delimitando o âmbito do direito fundamental à memória a partir do direito fundamental ao esquecimento	196
6.2	Direitos correlatos.....	202
6.3	O direito à memória e os direitos culturais.....	209

Capítulo 7

DIREITO À MEMÓRIA E DEMOCRACIA: O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....

211

7.1	A formação da alma brasileira: a invenção da memória no Brasil – antecedentes e importância	212
7.2	A Política da preservação da memória no Brasil	229
7.2.1	Sistema administrativo.....	231
7.2.2	Planejamento	238
7.2.3	Instrumentos	239
7.2.4	Sistema de financiamento	239
7.2.5	Sistema de avaliação	241
7.3	Direito à memória, democracia e políticas públicas de preservação.....	242

Capítulo 8

EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MEMÓRIA NO BRASIL.....

245

8.1	Diagnóstico	246
8.2	Atualização da legislação protetiva do Patrimônio Cultural.....	247
8.3	Elaboração de política de preservação interdisciplinar	250

CONCLUSÃO: Paz no futuro e glória no passado?..... 263

REFERÊNCIAS 273

ÍNDICE ALFABÉTICO 297

